

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word 'Cadastrado' and various initials]

Certificação Legal de Contas e Parecer ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do “Município de Castelo Branco”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 432 097 milhares de euros e um total de fundos próprios de 357 341 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3 016 milhares de euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 35 238 milhares de euros de despesa paga e um total de 46 604 milhares de euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Município de Castelo Branco” em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro, os seus fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

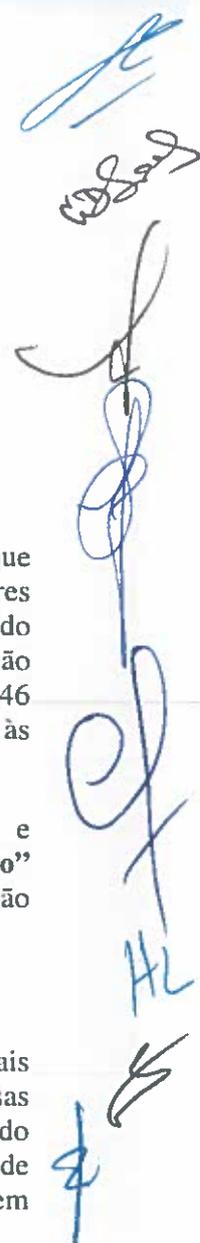
Ênfases

O Município registou na conta “59 - Resultados Transitados”, durante este exercício, diversos movimentos, quer a débito (9 563 milhares de euros), quer a crédito (28 169 milhares de euros), referentes a diversas regularizações, das quais as mais significativas referem-se à transferência de bens para os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (3.065 milhares de euros, líquidos, a crédito) e ao reconhecimento dos bens e subsídios afetos ao POLIS (20.860 milhares de euros, líquidos, a débito)

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de



auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, XX de junho de 2020

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do **Órgão Deliberativo do Município da Câmara de Castelo Branco** o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do **Município de Castelo Branco**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os respetivos anexos.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respectiva Certificação Legal de Contas sem reservas, mas com ênfases, e que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos a execução dos procedimentos e das práticas contabilísticas adotadas na preparação da informação financeira disponibilizada, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções. Pela sua relevância e impacto nas demonstrações financeiras, nomeadamente no ativo e nos fundos próprios, entendemos dever salientar a regularização efetuada pelo Município de Castelo Branco, no exercício de 2019, tendo sido registados na conta "59 - Resultados Transitados", diversos movimentos, quer a débito (9 563 milhares de euros), quer a crédito (28 169 milhares de euros), referentes a diversas regularizações, das quais as mais significativas referem-se à transferência de bens para os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (3.065 milhares de euros, líquidos, a crédito) e ao reconhecimento dos bens e subsídios afetos ao POLIS (20.860 milhares de euros, líquidos, a débito)
4. Em face do exposto, tendo em conta a Certificação Legal de Contas e não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - a) O Relatório de Gestão, bem como o Balanço, Contas, e os correspondentes Anexos, apresentados referentes ao exercício findo em 2019, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis a este setor, pelo que os referidos documentos poderão ser aprovados.
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Finalmente os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções

Castelo Branco, XX de junho de 2020

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

1/3
A
1/1

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do “Município de Castelo Branco”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 432 097 milhares de euros e um total de fundos próprios de 357 341 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3 016 milhares de euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 35 238 milhares de euros de despesa paga e um total de 46 604 milhares de euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Município de Castelo Branco” em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro, os seus fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

O Município registou na conta “59 - Resultados Transitados”, durante este exercício, diversos movimentos, quer a débito (9 563 milhares de euros), quer a crédito (28 169 milhares de euros), referentes a diversas regularizações, das quais as mais significativas referem-se à transferência de bens para os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (3.065 milhares de euros, líquidos, a crédito) e ao reconhecimento dos bens e subsídios afetos ao POLIS (20.860 milhares de euros, líquidos, a débito).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

2/3
A
S
T
E

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de

auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 15 de junho de 2020



POC833

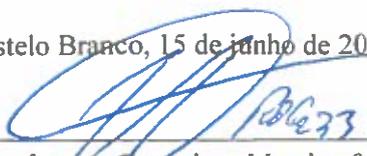
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do **Órgão Deliberativo do Município de Castelo Branco** o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do **Município de Castelo Branco**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os respetivos anexos.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respectiva Certificação Legal de Contas sem reservas, mas com ênfases, e que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a execução dos procedimentos e das práticas contabilísticas adotadas na preparação da informação financeira disponibilizada, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções. Pela sua relevância e impacto nas demonstrações financeiras, nomeadamente no ativo e nos fundos próprios, entendemos dever salientar a regularização efetuada pelo Município de Castelo Branco, no exercício de 2019, tendo sido registados na conta “59 - Resultados Transitados”, diversos movimentos, quer a débito (9 563 milhares de euros), quer a crédito (28 169 milhares de euros), referentes a diversas regularizações, das quais as mais significativas referem-se à transferência de bens para os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (3.065 milhares de euros, líquidos, a crédito) e ao reconhecimento dos bens e subsídios afetos ao POLIS (20.860 milhares de euros, líquidos, a débito).
4. Em face do exposto, tendo em conta a Certificação Legal de Contas e não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - a) O Relatório de Gestão, bem como o Balanço, Contas, e os correspondentes Anexos, apresentados referentes ao exercício findo em 2019, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis a este setor, pelo que os referidos documentos poderão ser aprovados.
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Finalmente os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Castelo Branco, 15 de junho de 2020


Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)